



Assembleia histórica do Sindjus-DF aprova resoluções, alterações estatutárias e desfiliação da Fenajufe

Reunidos em assembleia-geral extraordinária, em ambiente virtual, na tarde desta quinta-feira (12/11), os filiados do Sindjus-DF aprovaram as alterações estatutárias e as resoluções, inclusive a desfiliação da Fenajufe, que haviam sido deliberadas no 8º Congresso.

Grupos político-partidários tentaram de vários modos sabotar a nossa assembleia, mas a categoria, que é soberana, decidiu por ampla maioria manter tudo o que havia sido aprovado pelos delegados durante a realização do 8º Congresso, ocorrido em 03 e 04 de outubro.

A proposta de votação em bloco das alterações estatutárias e das resoluções foi aprovada por 154 (60,16%) a 100 (39,06%) votos, com duas abstenções (0,78%).

Em seguida, as alterações estatutárias discutidas e aprovadas durante o 8º Congresso foram referendadas por 148 votantes (60,41%), registrando ainda 96 votos contrários (39,18%) e uma abstenção (0,41%).

As resoluções aprovadas no 8º Congresso, inclusive a desfiliação da Fenajufe, foram referendadas por 151 (60,40%) votos favoráveis x 99 votos (39,60%) contrários.

Dessa forma, consagrou-se a desfiliação da Fenajufe, demonstrando que a maioria da categoria não concorda com as práticas da Federação, que tem perseguido e atacado o Sindjus-DF e desprezado a pauta dos servidores.

“Além dos ataques de setores do governo, da mídia e de muitos parlamentares, temos sofrido ataques de integrantes de correntes ligadas a partidos políticos e centrais sindicais. A nossa Direção, por ser apartidária e compromissada exclusivamente com a categoria, tem pagado um preço caro por essa opção. São várias tentativas baixas e inconsequentes de manchar a imagem do Sindjus-DF e inviabilizar um trabalho sério e dedicado que tem sido elogiado nacionalmente. No entanto, não nos rendemos aos interesses de legendas partidárias, tampouco daqueles que praticam a velha política sindical. E o resultado desta assembleia demonstra que estamos no caminho certo. Quero agradecer, em nome da Diretoria, todo o apoio recebido da nossa categoria. O nosso 8º Congresso foi histórico e agora vivenciamos uma assembleia histórica. Com certeza, o Sindicato que sai dessa assembleia é um Sindicato ainda melhor, mais representativo e forte. Mais uma vez, o Sindjus-DF conchama a união de todos contra a Reforma Administrativa. Juntos, somos mais fortes!”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

Sindjus-DF, AC, RR e RO

A assembleia aprovou a integração ao Sindjus-DF dos servidores da Justiça Federal e Eleitoral dos estados do Acre e Rondônia e da Justiça Federal de Roraima, bem como servidores dos estados da Federação do TRF1 e TRT10 que não possuam representação sindical, consolidando assim o que havia sido deliberado no 8º Congresso.

A Diretoria do Sindjus-DF, agora oficialmente, dá as boas-vindas a esses colegas do Norte que chegam para contribuir com as nossas lutas e com o fortalecimento do nosso Sindicato. Sem dúvida alguma, a assembleia-geral entendeu que o momento é de união de forças, de darmos as mãos e lutarmos juntos contra o pacote de maldades que está em curso visando a desvalorização dos serviços e servidores públicos. Há muito trabalho a ser feito e cada servidor faz a diferença.

O servidor Josemir Melo Nogueira, da JF do Acre, declarou: “Em nome dos servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Acre, agradeço a acolhida do SindjusDF, agora pertencemos a um sindicato forte, com grande atuação nas esferas sindical e jurídica, estávamos no limbo, agora temos um norte, muito obrigado”.

“Colegas filiados do Sindjus-DF, em nome dos Servidores da Justiça Federal e Eleitoral de Rondônia venho agradecer vossos acolhimentos dos Servidores de Rondônia junto ao mais atuante Sindicato do PJU. Com essa formalização poderemos atuar ainda mais intensamente pelos interesses dos Servidores do PJU, especialmente junto a Bancada Federal de Rondônia. Muito grato pela acolhida”, afirmou o servidor da JFRO, João Cruz Beleza.

Como se pode notar pelos depoimentos emocionados que temos recebido, a assembleia desta quinta-feira (12/11) foi fundamental para acolher e mudar a vida dos nossos colegas do Acre, de Rondônia e de Roraima, que estavam sem representação sindical. Imagine como é ser servidor diante de todos esses ataques que estamos recebendo sem poder contar com um sindicato para lhe defender? É uma situação de impotência, de abandono, de insegurança. Isso é oportunidade para todos nós refletirmos sobre a importância de poder ser filiado a um sindicato forte e atuante como o Sindjus-DF. Enquanto um grupo de servidores do DF, com interesses político-partidários, atuam com o objetivo de desacreditar nossa entidade, colegas de outros estados lutam para fazer parte da nossa base para serem representados pelo Sindjus-DF. A chegada dos colegas do Norte representa uma mensagem de confiança e força do Sindjus-DF, um sindicato que tem credibilidade e que é respeitado nacionalmente. “Filiado do Sindjus-DF, pode ter muito orgulho de fazer parte do maior e melhor Sindicato do PJU e MPU de todo o Brasil”, pontuou Cleto Vieira, coordenador jurídico do Sindjus-DF.



Assembleia-geral do Sindjuf-SE aprova por unanimidade desfiliação da Fenajufe

Os colegas da base de Sergipe, reunidos na tarde desta quinta-feira (11/11) em assembleia-geral convocada pelo Sindjuf-SE, decidiram, por unanimidade, pela desfiliação da Fenajufe.

O Sindjus-DF parabeniza a iniciativa e a coragem dos servidores que votaram pela libertação do Sindjuf-SE de uma Federação que deixou de defender a categoria para fazer política em prol de interesses pessoais e de partidos políticos e centrais sindicais.

A manutenção ou não à federação já estava em debate há alguns anos no Sindjuf-SE. Além da Fenajufe ter sido transformada em palanque político, o fato da Federação priorizar os sindicatos com maior arrecadação, não tratando todos com respeito e a equidade necessária, motivou a desfiliação.

O fato é que mais e mais servidores estão compreendendo que a Fenajufe não nos representa. O Sindicato de Sergipe é a terceira entidade a se desligar da Fenajufe, após o Sindjus-DF e Sinsjustra (TRT-14). Isso demonstra que a Federação está desmoronando e se esfacelando em virtude de práticas nefastas.

Trecho da nota do Sindjuf/SE afirma: “a entidade não vem cumprindo seu papel de representar a categoria – inclusive, não possui carta sindical para tanto. Tampouco utiliza sua força para contribuir com o trabalho local do Sindicato. Alguns dirigentes de lá usam sua voz para levantar as bandeiras de seus partidos políticos dentro dos espaços em que deveriam ser debatidos os interesses dos servidores públicos”.

Confira a íntegra da nota:

Categoria vota por desfiliação da Fenajufe.

Na tarde desta quarta-feira, 11/11, diretoria e servidores da base se reuniram virtualmente em assembleia geral extraordinária com o objetivo de deliberar sobre a desfiliação do Sindjuf/SE da Fenajufe. Por unanimidade, a categoria decidiu em favor da desfiliação.

A questão de manter-se filiado ou não à federação já está em debate na diretoria do Sindicato há alguns anos. A conduta de alguns membros da diretoria da Fenajufe, de utilizar este espaço para palanque de seus partidos políticos, motivou a insatisfação dos coordenadores de Sergipe.

Para o Sindjuf/SE, a entidade não vem cumprindo seu papel de representar a categoria – inclusive, não possui carta sindical para tanto. Tampouco utiliza sua força para contribuir com o trabalho local do Sindicato. Alguns dirigentes de lá usam sua voz para levantar as bandeiras de seus partidos políticos dentro dos espaços em que deveriam ser debatidos os interesses dos servidores públicos. Sempre que possível, o Sindjuf/SE, assim como outros sindicatos, alertou, criticou, interveio em favor dos servidores. Porém, a tentativa de recolocar a federação no rumo certo não teve sucesso.

Além disso, o estatuto da Fenajufe, hoje, favorece os grandes sindicatos, aqueles com grande número de filiados e, consequentemente, alta arrecadação. Assim, não tratando com equidade todos os sindicatos.

Com a decisão, o Sindjuf/SE deixará de integrar o quadro de filiados da Fenajufe e seguirá trabalhando em benefício dos servidores do Judiciário Federal, sem permitir que interesses e preferências político-partidárias interfiram em sua atuação.

Editorial

Não permita que grupos político-partidários sabotem o 8º Congresso do Sindjus-DF, que aprovou a desfiliação da Fenajufe

Depois de mais de vinte e cinco anos, conseguimos libertar o Sindjus-DF dos vínculos político-partidários que mantinham a nossa entidade a serviço do PT e da CUT, gerando prejuízos incalculáveis à nossa categoria, como o final antecipado da greve de 2010 que nos tirou um Plano de Cargos e Salários e a utilização do sindicato para a campanha de um ex-deputado federal. Depois, também conseguimos acabar com a tentativa do PSTU de aparelhar o Sindicato. Não foi fácil, mas conseguimos vencer essas batalhas com o seu apoio.

Na ânsia de voltar à Direção do Sindjus-DF, esses grupos político-partidários tentaram de todas as formas inviabilizar a realização do 8º Congresso do Sindjus-DF realizado nos dias 03 e 04 de outubro. Não tiveram o apoio da categoria nem da Justiça. Como não aceitam o que foi legitimamente aprovado durante o Congresso, esses grupos trabalharam para impedir a realização da assembleia-geral que tem o papel de homologar as alterações estatutárias feitas pelos congressistas e referendar a desfiliação da Fenajufe, entidade que tem perseguido e atacado o Sindjus-DF e desprezado as lutas da categoria.

Importante dizer que esses grupos boicotaram o Congresso, não participando das discussões e votações, dando as costas à categoria em nome de interesses pessoais e disputas políticas. Mais uma vez capitaneados pelo ex-deputado, PT/CUT e PSTU estão unidos para prejudicar a assembleia, que foi convocada pela Diretoria após o empenho dos servidores que realizaram abaixo-assinado pela sua realização.

Circulam nas redes sociais cards assinados, vídeos e áudios de membros desses grupos políticos convocando os servidores para tentar impedir as mudanças aprovadas legitimamente no Congresso do Sindjus-DF. Isso mostra o quanto essas pessoas não respeitam ninguém, mas apenas tentam tomar o Sindjus-DF para colocar a serviço de seus partidos, que é o único motivo pelo qual elas se mobilizam.

Não fizeram empenho algum para combater o Veto 26, pelo contrário, negociaram na surdina pela sua manutenção em prol de um projeto rebaixado, o que enfraqueceu a nossa luta e permitiu a vitória do governo. Esses grupos também não entraram na luta contra a Reforma da Previdência e pela manutenção dos Quintos.

Como políticos que só aparecem na véspera das eleições, aí estão eles mais uma vez, fazendo muito barulho sem mostrar trabalho algum em prol da categoria. Essa campanha para sabotar o 8º Congresso é questão de vida ou morte para eles, pois querem manter brechas no estatuto para que partidos políticos e centrais sindicais possam voltar a comandar nosso sindicato.

Mais uma vez, a decisão de continuar livre da velha política sindical está nas mãos da categoria. Você, filiado(a), tem o poder de impedir que tais grupos transformem o Sindjus-DF no que eles fizeram com a Fenajufe, que virou cabide de partidos políticos e centrais sindicais.

Participe da Assembleia desta quinta-feira (12/11), inscrevendo-se pelo email assembleia@sindjusdf.org.br até às 17h de hoje (quarta-feira).

Mais uma vez, a luta é entre aqueles que querem um Sindicato comprometido exclusivamente com a categoria e aqueles que desejam utilizar o Sindjus-DF para o financiamento de candidaturas políticas e fortalecimento de partidos e centrais sindicais.

Não permita que grupos político-partidários sabotem o 8º Congresso do Sindjus-DF, que aprovou a desfiliação da Fenajufe e outras melhorias para o nosso Sindicato. Participe da assembleia mostrando a esses militantes políticos que o Sindjus-DF pertence aos servidores.

Por um Sindjus-DF forte e focado exclusivamente em defesa dos interesses da categoria, defendemos a homologação de todas as Resoluções e Alterações Estatutárias aprovadas no 8º Congresso.

Apesar da pandemia, RRA, Quintos e Imposto de Renda sobre Auxílio Creche avançam

O planejamento do Sindjus-DF quanto ao andamento de ações jurídicas importantes foi bastante comprometido neste ano de 2020 em razão da pandemia do novo coronavírus, que afetou o funcionamento do Poder Judiciário atrasando assim algumas etapas importantes nos processos de execução. No entanto, o Sindicato informa que mesmo com os percalços causados pelo estado de calamidade pública, as execuções de RRA, Quintos e Imposto de Renda sobre Auxílio Creche estão avançando.

Nesta semana, o Sindjus-DF distribuiu os processos dentro do PJE referente a RRA dos servidores do TST, MPU, Rondônia, Roraima e Acre, finalizando essa fase. Já haviam sido distribuídos: TRE-DF, STJ, STF, TRF1, TJDF, STF, TSE e TRT10.

Informa-se também que em duas audiências recentes, a União exigiu que o Sindjus-DF demonstre que a base de dados que o Sindicato utilizou para realizar seus cálculos são oficiais dos órgãos do Pju e MPU. A justificativa oficial é de que a União quer garantir que os cálculos são originados de bases corretas.

O Sindjus-DF, com sua conduta alicerçada na transparência, já está se movimentando para apresentar o quanto antes à União todas essas bases de dados, aproveitando a ocasião para revisar os cálculos de RRA, Quintos e Imposto de Renda sobre Auxílio Creche, como forma de

fortalecer nossas argumentações.

Diretoria Colegiada, advogados e calculistas estão trabalhando para apresentar o relatório atestando que todos os cálculos foram feitos com base nas informações recebidas pelos órgãos do Poder Judiciário e ramos do MPU.

Após a União analisar esses dados, serão feitas novas audiências para que todos os dados sejam transferidos para a plataforma virtual que vai realizar execuções em tempo recorde.

Para o coordenador de Assuntos Jurídicos do Sindjus-DF Cleto Vieira, o que é possível está sendo feito para encaminhar essas execuções. Mesmo com o advento da pandemia, que mudou profundamente a nossa realidade neste ano de 2020, os processos estão avançando. “Nossa equipe de calculistas está trabalhando diuturnamente para apresentar as provas solicitadas pela União. Nossos advogados estão tomando todas as providências necessárias para garantir o sucesso dessas execuções. A Diretoria está atenta a todos esses procedimentos, fazendo as interlocuções necessárias e gerenciando as operações, de modo a minimizar os efeitos e atrasos na tramitação decorrentes do funcionamento dos órgãos em face da pandemia”, afirmou o dirigente.



SINDJUS-DF
DISTRIBUI
PROCESSOS DO RRA
ATRAVÉS DO PJE

SAIBA MAIS

SINDJUS

Sindjus-DF participará de live da Anfip sobre Reforma Administrativa nesta quarta (11/11)

Atenção: Nesta quarta-feira (11/11), às 10h, acontecerá a live da ANFIP: “Reforma Administrativa – Reconstruir ou destruir o serviço público”, com a participação de diversas entidades, dentre elas o Sindjus-DF. A mediação será feita pelo jornalista Sérgio Lérrer e a transmissão se dará nos canais do Youtube da Anfip e Agência Servidores.

Pelo Sindjus-DF, participará o coordenador-geral **Costa Neto**.

Também integrarão a live:

Rudinei Marques – Presidente do FONACATE (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado)

Décio Bruno Lopes – Presidente da ANFIP

Fabiano dos Santos – Coordenador Geral da FENAJUFE – Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Eucélia Maria Agrizzi Mergár – Vice Presidente de Assuntos Fiscais da ANFIP

José Avelino da Silva Neto

– Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP.

Para Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF, trata-se de mais uma oportunidade de aprofundarmos esse debate que é tão relevante não só para os servidores, mas para toda a sociedade: “Vivemos um momento de apreensão, onde nós, servidores públicos, estamos sofrendo inúmeros ataques. A Reforma Administrativa é colocada pelo governo como necessária, mas, na verdade, não encontra respaldos técnicos que justifiquem sua aprovação. O que se vê é uma tentativa evidente de desmontar os serviços públicos e punir servidores. Esses debates têm o intuito de desmascarar essa reforma, conscientizando a população sobre seus malefícios e municiando os servidores de informações para contrapor a campanha dos pró-reforma”.

LIVE Série ANFIP

Reforma Administrativa
Reconstruir ou destruir o serviço público

Fabiano dos Santos
Coordenador Geral da FENAJUFE
Federação Nacional dos
Trabalhadores do Judiciário
Federal e Ministério Público da União

Rudinei Marques
Presidente do FONACATE
Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

José Rodrigues Costa Neto
Coordenador Geral do Sindjus-DF
-Sindicato dos Servidores do
Poder Judiciário e do MPU

Décio Bruno Lopes
Presidente da ANFIP

Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Vice-presidente de Assuntos
Fiscais da ANFIP

José Avelino da Silva Neto
Vice-Presidente de Assuntos
Parlamentares da ANFIP

11/11 QUARTA 10h

f You /anfip /agenciaservidores

Publicado acórdão que garante a exclusão do plano de saúde da margem consignável dos servidores da Justiça do Trabalho

Foi publicado, no último dia 4 de novembro, acórdão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que garante a exclusão da contribuição para planos de saúde da margem consignável dos servidores da Justiça do Trabalho. Para que a conquista fosse possível, houve uma ampla articulação do Sindicato, que protocolou requerimento e atuou junto aos atores responsáveis por garantir o pleito.

A tese vencedora foi proposta pelo desembargador conselheiro Lairto José Veloso, que se posicionou no sentido de inserir no artigo 8º da Resolução 199/2017, parágrafo único contendo a seguinte redação: “Excluem-se do limite previsto no caput os valores consignados na forma dos incisos I e II do art. 5º desta Resolução”.

No requerimento apresentado pelo Sindjus-DF, a entidade aponta que a pandemia do novo Coronavírus afetou não só a área da saúde, mas também a economia nacional e os

servidores públicos acabaram se tornando o alicerce financeiro das suas famílias.

“Com a crise, a brusca interrupção da comercialização de produtos e serviços e o desemprego em massa, o servidor público passou a ser o esteio e fator de subsistência de parte considerável das famílias brasileiras, compostas não só por servidores”, aponta o Sindjus-DF no pedido.

Atualização Cadastral

O acórdão também referenda o Ato CSJT.GP.SG 120, de 15 de outubro 2020, da presidente do CSJT, ministra Maria Cristina Peduzzi, que dispensa a atualização cadastral de aposentados e pensionistas na Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau, no ano de 2020, em função da pandemia causada pelo novo Coronavírus.



Dieese alerta para o fato de que Reforma Administrativa prejudica atuais servidores

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgou Nota Técnica, no dia 04 de novembro, contestando o argumento divulgado pelo Governo Federal de que a Reforma Administrativa não traria impactos aos atuais servidores caso aprovada.

Intitulada "Impactos da reforma administrativa sobre os atuais servidores públicos", a NT número 247 analisa de forma minuciosa a PEC 32/2020, apontando efeitos diretos e indiretos sobre os atuais servidores.

Segundo a nota, além do ataque à estabilidade, outros direitos e garantias podem ser posteriormente retirados, confrontando a ideia de direitos adquiridos: "Se houver

alteração ou revogação de lei que institui esses direitos, os atuais servidores e empregados públicos podem ser incluídos na nova regra geral instituída", diz a nota.

"O Sindjus-DF tem insistido que os servidores atuais devem se unir no combate à Reforma Administrativa, pois, por mais que o governo fale que os impactos serão apenas para os futuros servidores, sabemos que no Congresso Nacional tudo pode acontecer. Não podemos ser ingênuos e cruzar os braços, achando que não seremos incluídos nessas mudanças. A nossa luta é pelos serviços e servidores públicos, do presente e do futuro, de modo que todos precisamos estar unidos nesta batalha", afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.



DiEESSE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



Fonacate se reúne com Ministério da Economia. Na pauta PEC 32 e trabalho remoto

O Sindjus-DF tem atuado em conjunto com o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) em diversas pautas ao longo dos últimos anos, e agora, mais uma vez, vem trabalhando juntamente com outras entidades contra a PEC 32/2020.

Nessa linha de atuação, o Sindjus-DF informa que o Fonacate se reuniu com a equipe da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), do Ministério da Economia, no dia 04 de novembro, para tratar de dois temas que têm destaque na agenda do Sindicato: reforma administrativa e trabalho remoto.

Vale a pena conferir o que foi colocado pelo Fórum e pelo Ministério da Economia, pois precisamos observar como está ocorrendo essa discussão nas mais diferentes esferas.

PEC 32/2020

A delegação do Fonacate iniciou a reunião reafirmando uma série de inconsistências da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, como a multiplicação de regimes jurídicos na Administração Pública e a flexibilização da estabilidade, o que, no entendimento das entidades, enfraquecerá o serviço público.

A ameaça de enfraquecimento, destacaram, se faz presente também na criação dos chamados "cargos de liderança", que poderá implicar o aparelhamento de instituições do Estado e afetar, inclusive, os atuais servidores, diferentemente do que vem propalando o governo acerca de sua proposta de reforma.

Segundo estudo do Fórum, com a PEC 32, mais de 100 mil cargos nos órgãos públicos podem ser alvos de práticas de aparelhamento.

Mesmo diante da argumentação, o secretário Wagner Lehnart afirmou ter "convicção" de que a PEC aponta no sentido

da "melhoria da gestão no país" e que esses desafios, quanto ao aumento da quantidade de regimes jurídicos, por exemplo, "serão superáveis ao longo do tempo".

Carreiras de Estado

Ainda no contexto da reforma administrativa, a definição do que seriam "cargos típicos de Estado" esteve em discussão na videoconferência. As partes concordaram que o assunto, que tem como um de seus desdobramentos a ainda pendente regulamentação do artigo 247 da Constituição Federal, demanda aprofundamento, a busca por referências e um diálogo ampliado.

A questão que, segundo sinalizou a SGP, deve ser encaminhada apenas após a tramitação da PEC 32, voltará a ser discutida com a participação de acadêmicos, governo, entidades de classe e demais especialistas.

Trabalho remoto

As representações do Fonacate apresentaram ainda preocupações com pontos da Instrução Normativa (IN) 109/2020 e com um possível retorno açodado às atividades presenciais nos órgãos federais, sem a necessária segurança sanitária aos servidores, em face da edição da medida. A equipe da SGP deixou claro que a norma não tem a intenção de impor o fim imediato ao trabalho remoto instituído por conta da pandemia da Covid-19, mas serve apenas para dar diretrizes gerais.

Conforme observaram os representantes do governo, a opção pelo prazo, bem como pela logística de retorno às repartições caberá, individualmente, às direções das instituições da Administração Pública.